



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
 Palácio 11 de Outubro

Câmara Municipal de
 Bento Gonçalves
RECEBIDO EM:
 10.11.2021
 ÀS 14:19 Horas
 Ass.:f.....

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

EMENDA SUPRESSIVA Nº 98/2021

AUTOR: VEREADOR RAFAEL L. FANTIN - DENTINHO (PSD)

VOTO DO RELATOR: VEREADOR ANDERSON ZANELLA (PP) – FAVORÁVEL

VOTOS DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO AO RELATÓRIO, COM EXCEÇÃO DO PRESIDENTE, QUE VOTA APENAS EM CASO DE EMPATE:

VEREADOR JOCELITO L. TONETTO (PSDB): Seguiu o voto do Relator.

VEREADOR JOSÉ ANTÔNIO GAVA (PDT): Seguiu o voto do Relator.

VEREADOR EDSON R. BIASI (PP): Seguiu o voto do Relator.

Com 4 (quatro) votos Favoráveis à tramitação, a Emenda Supressiva nº 98/2021 passa a ter Parecer **FAVORÁVEL** na Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Sala das Sessões, aos nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um.


 Vereador **THIAGO I. FABRIS (PP)**

Presidente Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

VOTO DO RELATOR

EMENDA: 98/2021

PROCESSO Nº: 112/2021

VEREADOR RELATOR: ANDERSON ZANELLA (PROGRESSISTAS)

DATA DO PROTOCOLO DA MATÉRIA: 04 DE NOVEMBRO DE 2021

AUTORIA: VEREADOR RAFAEL FANTIN

EMENTA: EMENDA SUPRESSIVA ao Projeto de Lei Ordinária Nº 86 de 26 de agosto de 2021, que "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.456, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO DO COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AFINS DE PRODUTOS ÓPTICOS NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES."

O Vereador ANDERSON ZANELLA, Relator da Emenda 98/2021, após proceder a análise da proposição acima referida, emite o seguinte Voto:

A referida Emenda pretende suprimir o Art. 2º do Projeto de Lei 86/2021.

Segundo justificativa apresentada, o texto do Art. 2º, da forma como foi proposto, interfere na regulamentação profissional da categoria de ópticos, o que se mostra inconstitucional, podendo inclusive gerar discrepâncias no mercado que acarretem prejuízos à categoria profissional. A restrição de competência pode indicar inconstitucionalidade e vício de origem do projeto em tela e, além disso, coloca em risco o caráter de estabelecimento de saúde orientado às óticas em geral, enquadradas como empresas que oferecem "serviços de interesse da saúde".

Desta forma, e diante das justificativas apresentadas, este Vereador entende que a referida Emenda está de acordo com as normas legislativas e o voto é **FAVORÁVEL**.

Sala das Sessões, Fernando Ferrari, aos nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um.


Vereador ANDERSON ZANELLA
Relator da Emenda 98/2021